

Para erradicar a pobreza, Brasil teria de gastar mais R\$ 21,3 bi

Para acabar com a pobreza no Brasil seria necessário gastar R\$ 21,3 bilhões a mais por ano, além dos R\$ 13,4 bilhões do Bolsa Família, segundo cálculos do Centro de Políticas Sociais da FGV.

A alternativa é a expansão contínua do emprego, relata **Fernando Canzian**.

O que mais pode contribuir é permitir que as mulheres trabalhem, analisa Lena Lavinas. **Págs. A14 e A15**

Erradicar pobreza custaria mais R\$ 21 bi

Promessa de Dilma é viável, mas depende do mercado de trabalho e da ampliação do gasto anual com o Bolsa Família

No país, é considerado pobre quem vive com uma renda familiar per capita até R\$ 140; cesta básica chega a R\$ 254

FERNANDO CANZIAN
DE SÃO PAULO

A maior promessa de campanha da presidente eleita Dilma Rousseff (PT), de acabar com a miséria no Brasil em seu governo, é muito ambiciosa, mas factível, avaliam especialistas da área.

Isso depende de duas premissas: o mercado de trabalho continuar se expandindo na velocidade dos últimos anos (algo considerado muito difícil); e o novo governo ampliar o gasto com o Bolsa Família (onerando ainda mais o Orçamento).

O programa consome R\$ 13,4 bilhões ao ano e atende 12,7 milhões de famílias. Isso equivale a 0,4% do PIB, o que é considerado pouco.

Mas a chave para Dilma cumprir sua promessa está no mercado de trabalho. Quanto menos dinâmico, mais o governo teria de colocar dinheiro focalizado nos pobres para atingir a meta.

Se o Brasil quisesse eliminar hoje seus pobres e indigentes, teria de localizar essas pessoas e gastar com elas mais R\$ 21,3 bilhões ao ano —em cima dos R\$ 13,4 bilhões do Bolsa Família, segundo cálculos do Centro de Políticas Sociais da FGV.

Para financiar isso, o custo médio rateado entre os brasileiros seria de R\$ 9,33 ao mês.

São considerados pobres no Brasil (tendo por base os critérios do Bolsa Família) indivíduos ou famílias que têm renda per capita menor do que R\$ 140 ao mês (R\$ 4,60 ao dia). Para os indigentes, o corte é de R\$ 70 (R\$ 2,30).

Na hipótese de uma família de quatro pessoas com renda mensal de R\$ 400 (R\$ 100 por pessoa), o governo federal teria de destinar R\$ 160 (R\$ 40 por cabeça) a ela para que todos ultrapassassem a linha de pobreza.

Acréscimos como esse, a todos os pobres, custariam os R\$ 21,3 bilhões ao ano, segundo números do economista Marcelo Neri, da FGV.

Hoje, cerca de 30 milhões de pessoas (15,5% da população) vivem com menos de R\$ 140 ao mês. Há dez anos, eram 57 milhões (33,3%).

MERCADO

A queda quase à metade ocorreu, principalmente, pela substancial melhora do mercado de trabalho.

Mais de 70% da elevação da renda média vem do trabalho (R\$ 0,70 para cada R\$ 1 de aumento). Dos gastos da Previdência, são 24%. Do Bolsa Família, 5,3%.

No governo Lula foram criados quase 14 milhões de empregos formais. Já o salário mínimo subiu 53% acima da inflação (R\$ 510 hoje).

O aumento do mínimo tem impacto direto limitado na erradicação da pobreza. Mas contribui para elevar consumo, produção e emprego.

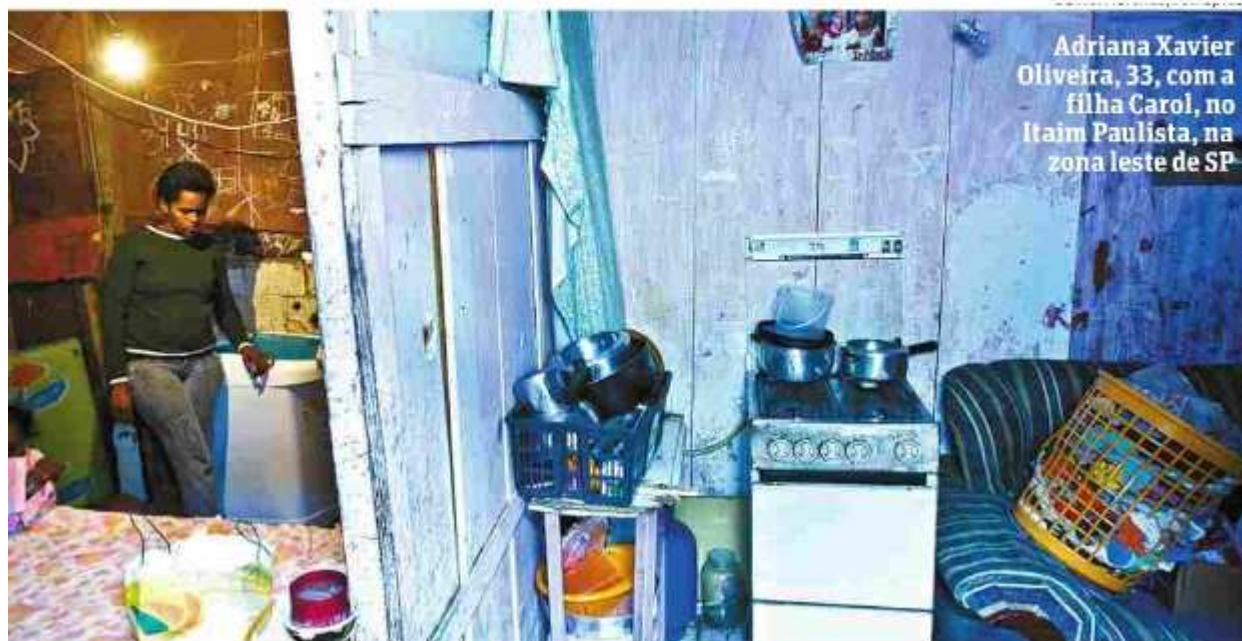
Para Clemente Ganz Lúcio, do Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos), é até possível manter o ritmo de aumento do mínimo se a economia crescer cerca de 5% ao ano no governo Dilma.

O problema é o emprego, principal motor para a redução da pobreza.

"Entre 2007 e 2008, para cada 1 ponto percentual de aumento do PIB a ocupação também aumentava 1 ponto. Daqui para frente, essa correlação tende a ser de 1 para 0,5 ou 0,7", diz Lúcio. "Por conta do aumento da produtividade, teremos menos empregos gerados para cada ponto de crescimento do PIB."

Se isso ocorrer, a promessa de Dilma dependerá mais de recursos públicos a serem alocados no Bolsa Família.

O problema adicional é que até o Ministério do Desenvolvimento Social considera baixo o corte de R\$ 140 para definir pobreza. Em novembro, como comparação, a cesta básica variou de R\$ 172 (Aracaju) a R\$ 254 (São Paulo), segundo o Dieese.



Adriana Xavier Oliveira, 33, com a filha Carol, no Itaim Paulista, na zona leste de SP

ANÁLISE

Acabar com a miséria é exequível, com um empurrão das mulheres

LENA LAVINAS
ESPECIAL PARA A FOLHA

A presidente eleita Dilma Rousseff acena com a erradicação da miséria. É auspicioso que o Brasil da segunda década do século 21 vislumbre eliminar por completo níveis de destituição extrema, que colocam em xeque a humanidade de alguns milhões de brasileiros.

A retomada do crescimento de forma sustentada, a geração de quase 14 milhões de empregos formais e os ganhos reais do salário mínimo ainda não foram suficientes para, juntamente com os programas de transferência de renda, fazer da miséria traço do nosso passado. São indigentes 12,4 milhões.

Esses mesmos fatores, ao associar numa mesma dinâmica virtuosa política macroeconômica e política social, hão de nos permitir avançar em direção a essa meta, porque agora lastreados por investimentos em in-

fraestrutura social.

Na sua plataforma de governo, Dilma destacou a criação de 6.000 creches, previstas no orçamento do PAC 2011. É pouco, considerando o déficit da oferta: 82% das crianças até três anos estão fora da creche, percentual que sobe para 93% entre as pobres. Na faixa de quatro a cinco anos, o déficit de cobertura é menor, mas ainda significativo, 25% e 33%, respectivamente.

Ora, se homens e mulheres se beneficiaram com a retomada do crescimento econômico, as oportunidades para as mulheres pobres foram mais tímidas.

Sua taxa de atividade é de 51%, ante uma média nacional de 67%. Já a taxa de atividade masculina é de 88% na média, recuando ligeiramente para 82,1% no caso de homens adultos pobres.

Significa dizer: de cada 10 homens na faixa etária adulta e produtiva, sejam eles pobres ou não, cerca de 8 são

ativos. No caso das mulheres, observa-se um diferencial importante: na média, 2 em cada 3 brasileiras se declaram ativas, ante 1 em cada 2 mulheres pobres.

Enquanto as mulheres ocupadas que pertencem aos 20% mais pobres da cauda da distribuição trabalham em média 28 horas por semana, entre os 20% mais ricos a jornada remunerada feminina semanal é de 40 horas.

Os homens de todas as faixas de renda trabalham em média 40 horas ou mais, e dificilmente poderiam ir além.

O que mais pode contribuir para fazer recuar a pobreza extrema é permitir às mulheres trabalhar. Mais e melhor. Ter uma ocupação que lhes permita usufruir de jornadas de tempo integral, com maiores salários, quem sabe até com carteira assinada, é o que vai elevar consideravelmente a renda familiar e afastar da miséria alguns milhões de famílias.

Para elevar a taxa de ativi-

dade das mulheres pobres, elas precisam dispor de creches para suas crianças. Quem tem dinheiro pode pagar por esse serviço. Quem não tem, é pego na trama do imobilismo da miséria.

Inúmeros estudos e pesquisas já demonstraram que as mulheres cujos filhos em tenra idade frequentam creche registram níveis de renda familiar bem mais altos.

Investimentos sociais em infraestrutura que liberem a força de trabalho feminina são a melhor maneira de combinar políticas de equidade de gênero com redução da miséria.

As mulheres não querem ser depositárias do ideário liberal de que são as mais capazes de gerir "eficazmente" a escassez. Não são milagristas para fazer render um benefício médio de R\$ 90,00 mensais.

Uma mulher na Presidência com o potencial produtivo de tantas outras mulheres pode tornar exequível, senão erradicar por completo a miséria, ao menos torná-la residual. Para a alegria da nação brasileira.

LENA LAVINAS é professora associada do Instituto de Economia da UFRJ



O pescador Carlos
Jorge Wanderley e
sua família em Porto
das Pedras, em AL

No litoral de AL, casal almoça uma lata de sardinha

FÁBIO GUIBU

ENVIADO ESPECIAL A
PORTO DE PEDRAS (AL)

ANNA VIRGINIA BALLOUSSIER
DE SÃO PAULO

“Neste mês, a minha renda foi zero”, diz o descascador de cocos Amaro Verçosa Ferreira, 44. De sua casa, no badalado litoral norte de Alagoas, ele vê extensas áreas de mangue e coqueirais desaparecerem — mas só enxerga um futuro de incertezas.

Desempregado, ele se preocupa com as árvores quase sem frutos e o aumento da concorrência no trabalho. Com a mulher, Amara Maria do Nascimento dos Santos, 44, Ferreira vive em situação de indigência.

Mora numa casa de taipa emprestada de um cunhado, em Porto de Pedras (100 km de Maceió), onde cerca de 90% dos moradores são pobres, segundo o Censo 2000 atualizado pela Pnad (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios).

“Não lembro quando trabalhei pela última vez”, diz Ferreira. A mulher recebe R\$ 68 mensais do Bolsa Família.

Na sexta-feira, o almoço deles se resumiu a uma lata de sardinhas em conserva.

Na cozinha, há dez panelas penduradas na parede e um fogão enferrujado. Não há geladeira nem armários.

Na casa emprestada, de 30 m², o piso é de terra batida e está esburacado. Não há banheiro, e a água é trazida em baldes de uma cacimba.

No telhado, uma antena parabólica do cunhado de Ferreira, que não é usada. O casal não tem TV.

Os pescadores de Porto de Pedras também vivem em situação de miséria.

É o caso de Flávio Bento de Mesquita, 28, e Carlos Jorge Wanderley Pinheiro, 43. Eles vivem em casas de taipa com as famílias e possuem renda média de R\$ 200 por mês.

Casados e com dois filhos cada um, têm Bolsa Família, mas dizem não levar uma vida digna. “Às vezes, falta comida”, diz Mesquita.

Todos os entrevistados dizem ter votado na presidente eleita Dilma Rousseff. O que esperam do novo governo pode ser resumido numa frase de Ferreira: “Uma casa e renda para tocar a vida”.

Na cidade mais rica do país, São Paulo, os R\$ 68 do Bolsa Família ajudavam Adriana Oliveira, 33, a complementar a renda familiar — cerca de R\$ 320.

Neste mês o dinheiro não entrou. Ela foi tirada do programa porque a filha, doente, faltou na escola.

Ainda não se recadastrou. Diz não ter dinheiro para tirar fotos para os documentos.

Adriana mora com cinco dos sete filhos no Itaim Paulista (zona leste de SP).

O marido e um filho estão em uma clínica de reabilitação, “por coisa de drogas”.

Adriana trabalha quatro vezes ao mês com faxina. No fim de semana, distribui panfletos de apartamentos.

Ela não lembra em quem votou e ficou surpresa ao saber que Dilma prometeu erradicar a miséria. “Entendi que ela não gostava de pobre!”

“ Não lembro quando trabalhei pela última vez. Eu não recebo ajuda de ninguém, só de Deus

AMARO VERÇOSA FERREIRA
descascador de cocos

Entendi na TV que ela [a presidente eleita Dilma Rousseff] não gostava de pobres!

ADRIANA OLIVEIRA
faxineira

QUANTOS SÃO E ONDE ESTÃO OS POBRES DO PAÍS

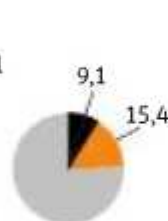
No Brasil, por região

■ Pobres (renda per capita até R\$ 140)

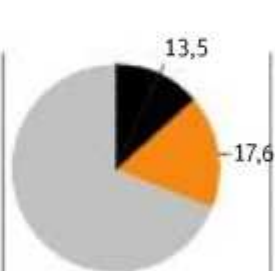
■ Indigentes (renda per capita até R\$ 70)

■ Não pobres/indigentes

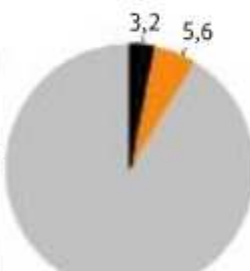
Em percentual



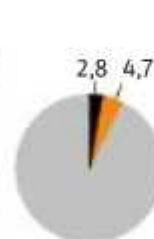
NORTE



NORDESTE



SUDESTE



SUL



CENTRO-OESTE

Média

■ 6,7

■ 9,8

TOTAL

Em milhões de pessoas

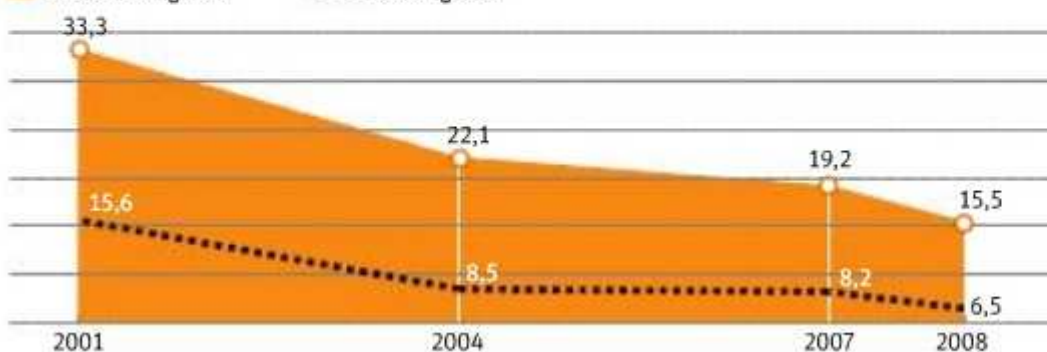
Indigentes	1,4 milhão	7,2 milhões	2,5 milhões	775 mil	547 mil	12,4 milhões
Pobres	2,3 milhões	9,4 milhões	4,3 milhões	1,3 milhão	887 mil	18,5 milhões

TOTAL DE POBRES E INDIGENTES VEM CAINDO

Proporção da população, em %

■ Pobres e indigentes

..... Só indigentes



O QUE É SER POBRE E INDIGENTE*

Renda familiar per capita até

R\$ 140
pobre

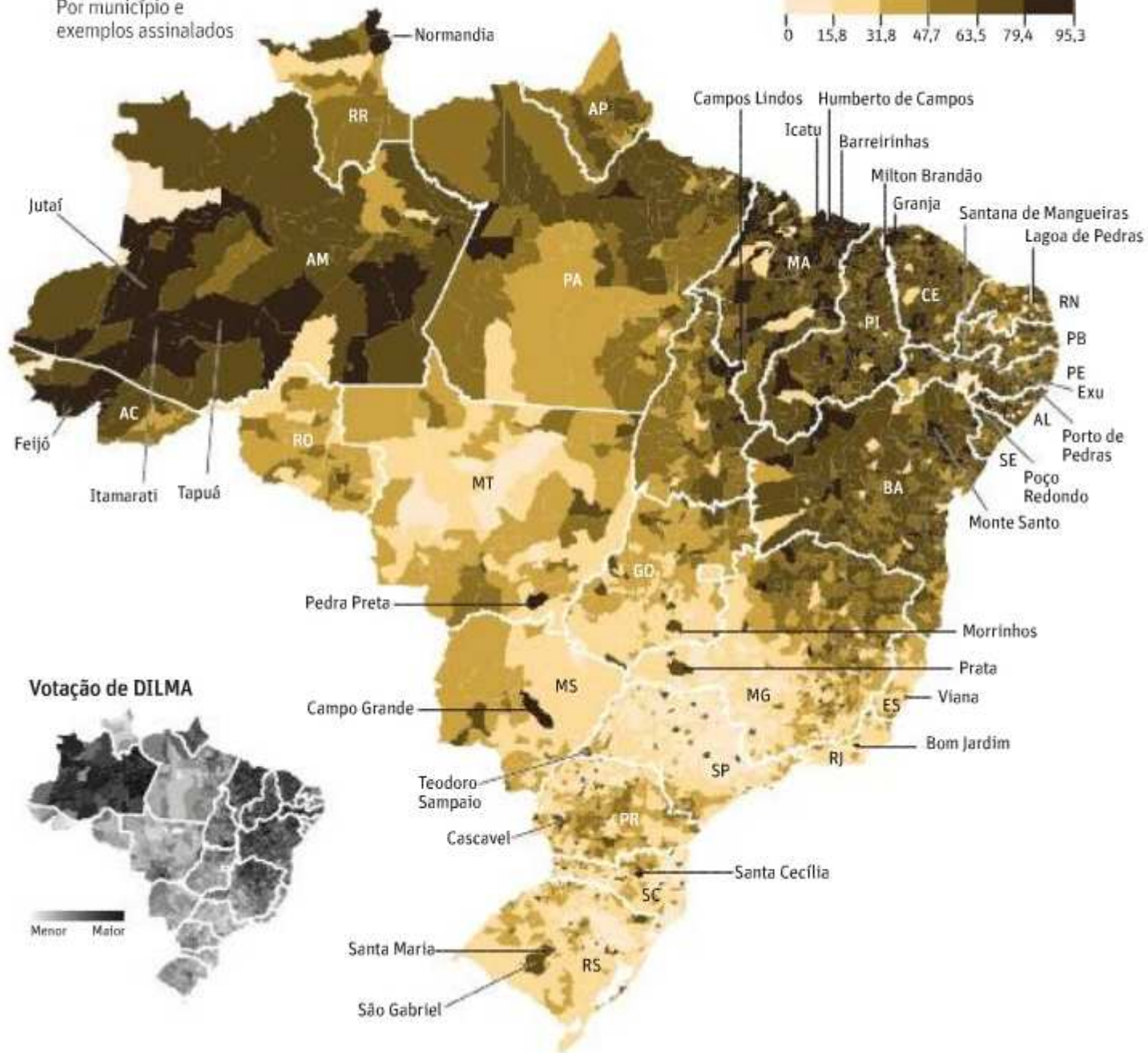
R\$ 70
indigente

*Pela atual regra do MDS

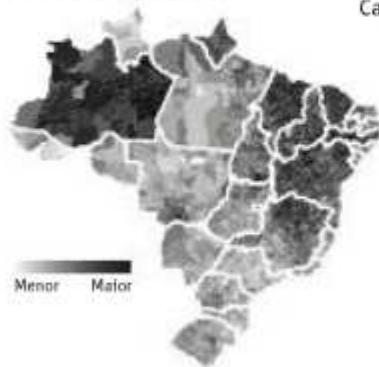
MAPA BRASILEIRO DA POBREZA

Por município e
exemplos assinalados

% de pessoas em situação de miséria

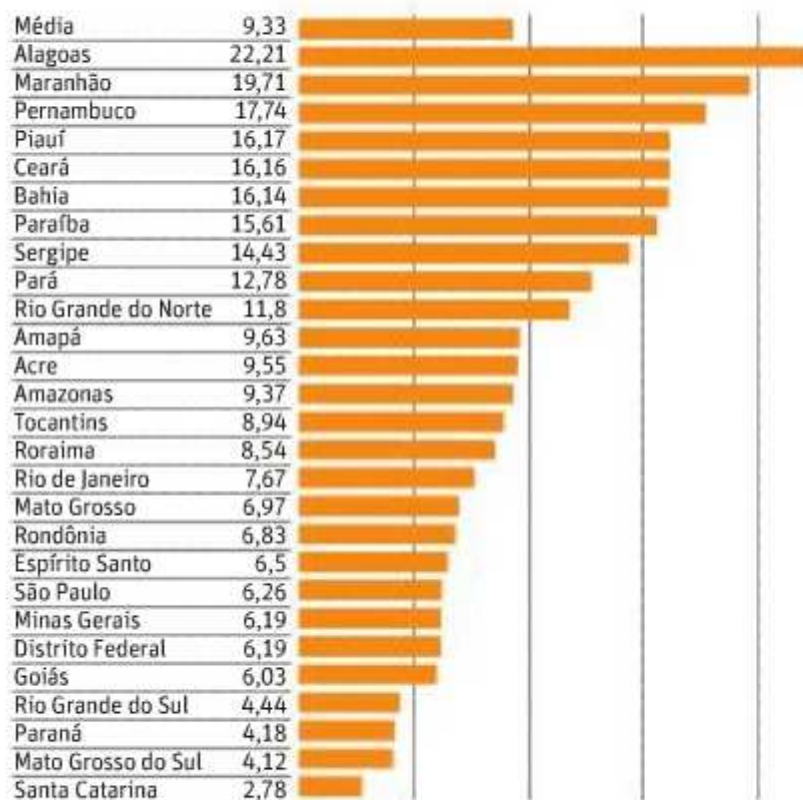


Votação de DILMA



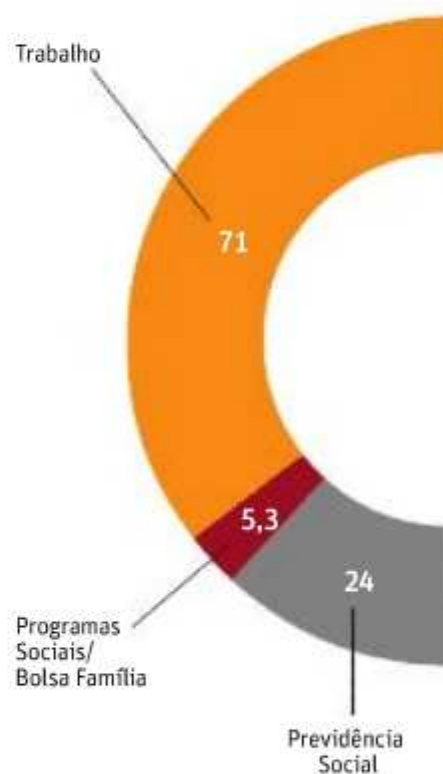
CUSTO PARA ELIMINAR A POBREZA NO PAÍS

Por brasileiro, por mês, em R\$



TRABALHO IMPACTA MAIS NA RENDA

Quanto cada área influi no aumento do rendimento, em %



Fonte: CPS/FGV baseado nos microdados da PNAD/IBGE

Até ministério acha R\$ 140 pouco para 'definir' pobre

Secretária vê salário mínimo como ideal

DE SÃO PAULO

Tentar se tornar invisível a pedintes ou assaltantes em São Paulo custa R\$ 140. Esse é o preço médio da colocação das populares películas escuras nos vidros de um carro.

R\$ 140 é um valor considerado "muito baixo" até mesmo pelo Ministério do Desenvolvimento Social (responsável pelo Bolsa Família) para se definir quem é pobre e poder receber o benefício.

Lúcia Modesto, secretária nacional de Renda de Cidadania, diz que o ideal seriam os R\$ 510 do salário mínimo.

Apesar de R\$ 140 ser considerado muito pouco, só nos Estados do Norte e Nordeste 100% dos elegíveis ao Bolsa Família estão atendidos. Nas demais regiões, há 15% deles ainda fora do programa.

Modesto diz que há "o compromisso, a meta", de se erradicar a pobreza e que o ministério vem se preparando para isso há dois anos.

Com a divulgação do Censo 2010 no início do ano que vem, o ministério pretende ter um diagnóstico mais preciso de quantos são e onde estão os pobres.

"Não é só com transferência de renda que vamos erradicar a miséria, mas com um conjunto de políticas", diz.

Para o economista Marcelo Neri, chefe do Centro de Políticas Sociais da FGV, o novo governo deveria incrementar fortemente o Bolsa Família com mais dinheiro para perseguir a meta de erradicar a pobreza.

"Pode parecer utópico, mas o caminho para isso é o Bolsa Família", afirma.

Neri calcula que os R\$ 21,3 bilhões anuais a mais que hoje seriam necessários para atingir a meta poderiam cair à metade até 2014.

Isso porque boa parte da redução da pobreza viria do aumento da atividade econômica, do emprego e da renda.

Ricardo Paes de Barros, do Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), ligado ao Ministério do Planejamento, lembra que o Brasil já vem reduzindo a pobreza à metade a cada cinco ou seis anos.

Mesmo considerando uma possível desaceleração nesse ritmo, Barros se diz otimista.

"Se sairmos de 15% de pobres na população total para 10% em quatro anos já é algo sensacional. Mas a meta de cair de 15% para zero neste período parece impossível. Nunca ninguém fez isso."

"CÍRCULO VIRTUOSO"

A economista Lena Lavinhas, professora associada do Instituto de Economia da UFRJ, também defende "elevar a altura da barra" para a definição do que é ser pobre.

Em sua opinião, deveria entrar nessa categoria quem vive com menos de 60% da renda média familiar per capita (R\$ 465). Isso equivaleria a R\$ 279 (o dobro do critério usado no Bolsa Família).

Lavinhas acha que o Bolsa Família deveria ser um direito e que seus recursos (oriundos de impostos e contribuições indiretas vinculadas ao consumo) aumentassem na mesma proporção da evolução do mercado consumidor.

"Isso criaria um círculo virtuoso de menos pobres, mais consumo, maior arrecadação e mais dinheiro para erradicar a pobreza", diz.

Segundo o instituto Data Popular, o consumo das classes E e D no Brasil cresce rapidamente e já supera o total da classe B em áreas como alimentação, higiene, limpeza, vestuário e acessórios, móveis e eletrodomésticos.

(FERNANDO CANZIAN)